

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do  
auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262D9-038-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	13

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)  
Brasil  
T +55 11 3886-5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Administradores e Acionistas da  
**Central Geradora Eólica Icará II S.A.**  
Amontada - CE

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Eólica Icará II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Geradora Eólica Icará II S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações em 21 de março de 2025.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

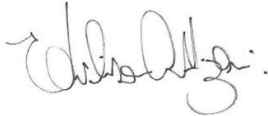
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani  
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

## Ativo

	Notas	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.703	10.883
Contas a receber de clientes - CCEE	5	3.851	3.656
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	2
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	6	-	20.673
Estoque de peças para manutenção da usina	-	120	60
Adiantamentos a fornecedores	-	463	469
Despesas pagas antecipadamente	-	52	52
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>16.189</b>	<b>35.795</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	6	-	2.350
Conta de ressarcimento de energia a receber - CCEE	7	548	3.869
Partes relacionadas	12	776	-
		<b>1.324</b>	<b>6.219</b>
Imobilizado	8	82.625	88.564
Intangível	9	840	977
Ativo de direito de uso	13	5.639	6.733
		<b>89.104</b>	<b>96.274</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>90.428</b>	<b>102.493</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>106.617</b>	<b>138.288</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	10	1.915	1.714
Empréstimos e financiamentos	11	-	5.430
Impostos e contribuições a recolher		236	212
Imposto de renda e contribuição social a pagar		533	609
Conta de ressarcimento de energia a pagar - CCEE	7	-	25.231
Dividendos a pagar	15 (d)	1.203	1.652
Partes relacionadas	12	1.034	-
Licenças ambientais de instalação e operação		127	119
Arrendamentos	13	449	233
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>5.497</b>	<b>35.200</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Fornecedores	10	892	1.403
Empréstimos e financiamentos	11	-	25.325
Conta de ressarcimento de energia a pagar - CCEE	7	38.494	97
Impostos e contribuições diferidos		25	-
Arrendamentos	13	5.591	6.540
Licenças ambientais de instalação e operação		112	195
Provisão para desmantelamento	14	611	589
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>45.725</b>	<b>34.149</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	15		
Capital social		47.073	59.523
Reservas de lucros		8.322	9.416
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>55.395</b>	<b>68.939</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>106.617</b>	<b>138.288</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

Demonstrações do resultado para os  
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>16</b>	<b>28.905</b>	<b>32.873</b>
<b>Custos dos serviços</b>		(20.853)	(20.875)
Custos de operação	17	(8.919)	(9.027)
Depreciação do imobilizado	8	(6.685)	(6.688)
Depreciação do ativo de direito de uso	13	(321)	(321)
Amortização do intangível	9	(137)	(194)
Compra de energia elétrica	-	(22)	(14)
Encargos de uso da rede elétrica	18	(4.769)	(4.631)
<b>Lucro bruto</b>		<b>8.052</b>	<b>11.998</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(381)</b>	<b>(1.032)</b>
Serviços de terceiros	-	(288)	(774)
Despesas administrativas	-	(8)	(167)
Despesas com viagem	-	(2)	-
Depreciação	8	(2)	(1)
Impostos e taxas	-	(40)	(11)
Perda de créditos tributários	-	-	(79)
Outras despesas operacionais	-	(41)	-
<b>Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>7.671</b>	<b>10.966</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>19</b>	<b>(342)</b>	<b>(1.968)</b>
Receitas financeiras		3.437	3.380
Despesas financeiras		(3.779)	(5.348)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>7.329</b>	<b>8.998</b>
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	20	(2.265)	(2.042)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>5.064</b>	<b>6.956</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os  
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>5.064</b>	<b>6.956</b>
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>5.064</b>	<b>6.956</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>59.523</b>	<b>4.112</b>	<b>3.820</b>	-	<b>67.455</b>
Dividendos adicionais propostos	15 (c)	-	-	(3.820)	-	(3.820)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		-	-	-	<b>6.956</b>	<b>6.956</b>
<b>Destinação do resultado</b>	<b>15 (b)</b>					
Constituição de reserva legal 5%		-	348	-	(348)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.652)	(1.652)
Reserva de lucro para ser destinada em assembleia de acionista		-	-	4.956	(4.956)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>15 (a)</b>	<b>59.523</b>	<b>4.460</b>	<b>4.956</b>	-	<b>68.939</b>
Aumento de capital	15 (a)	21.250	-	-	-	21.250
Redução de capital	15 (a)	(33.700)	-	-	-	(33.700)
Dividendos adicionais propostos	15 (c)	-	-	(4.955)	-	(4.955)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		-	-	-	<b>5.064</b>	<b>5.064</b>
<b>Destinação do resultado</b>	<b>15 (b)</b>					
Constituição de reserva legal 5%		-	253	-	(253)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.203)	(1.203)
Reserva de lucro para ser destinada em assembleia de acionista		-	-	3.608	(3.608)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>47.073</b>	<b>4.713</b>	<b>3.609</b>	-	<b>55.395</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os  
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>7.329</b>	<b>8.998</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa</b>			
Depreciação do imobilizado	8	6.687	6.689
Depreciação do ativo de direito de uso	13	321	321
Amortização do intangível	9	137	194
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11 e 19	684	2.618
Atualização financeira sobre empréstimos e financiamentos	11 e 19	170	268
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento	14 e 19	288	305
Atualização financeira sobre licença ambiental de operação	19	9	-
Ajuste a valor presente - Provisão para desmantelamento	14 e 19	(266)	(181)
Ajuste a valor presente - Passivo de arrendamentos	13 e 19	711	753
Ajuste a valor presente - Passivo de licença ambiental de operação	19	25	36
Ajuste a valor presente - ICMS diferido	19	(32)	-
Perda de crédito tributário	-	-	79
		<b>16.063</b>	<b>20.080</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais</b>			
Contas a receber de clientes - CCEE	-	(195)	42
Impostos e contribuições a recuperar	-	(788)	(565)
Conta de ressarcimento de energia a receber - CCEE	-	3.321	(3.869)
Adiantamentos a fornecedores	-	6	110
Estoque de peças para manutenção da usina	-	(60)	(37)
Partes relacionadas	-	(776)	5
Despesas pagas antecipadamente	-	-	2
		<b>1.508</b>	<b>(4.312)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais</b>			
Fornecedores	-	(310)	167
Impostos e contribuições a recolher	-	81	(9)
Partes relacionadas	-	(200)	(1)
Conta de ressarcimento de energia a pagar - CCEE	-	13.166	(1.192)
		<b>12.737</b>	<b>(1.035)</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>30.308</b>	<b>14.733</b>
(-) Juros pagos de empréstimos e financiamentos	11	(783)	(2.633)
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1.551)	(1.993)
<b>Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais</b>		<b>27.974</b>	<b>10.107</b>

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os  
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
<b>Atividades de investimento</b>			
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	23.023	6.677
Aquisição de ativo imobilizado	8	(748)	(2.088)
<b>Fluxo de caixa líquido originado das atividades de investimento</b>		<b>22.275</b>	<b>4.589</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Pagamento de passivo de arrendamentos	13	(671)	(1.034)
Pagamento de passivo de licença ambiental de operação	-	(109)	(113)
Aumento de capital	15 (a)	21.250	-
Redução de capital	12 (a)	(32.466)	-
Dividendos pagos	15 (d)	(6.607)	(3.820)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	11	(30.826)	(5.305)
<b>Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>		<b>(49.429)</b>	<b>(10.272)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>820</b>	<b>4.424</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	10.883	6.459
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	-	11.703	10.883
<b>Variação em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>820</b>	<b>4.424</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Central Geradora Eólica Icará II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Central Geradora Eólica Icará II S.A. (“CGE Icará II” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi fundada em 4 de janeiro de 2010 e possui sede no Sítio Saturno, localizado no Distrito de Icará, Município de Amontada, Estado do Ceará.

Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar a Central Geradora Eólica (EOL) CGE Icará II.

#### a) Estrutura societária

O Grupo Ibitu passou por uma reestruturação societária com o objetivo de racionalizar e simplificar sua estrutura, gerando benefícios administrativos, operacionais, econômicos e financeiros.

Anteriormente controlada pela Ventus Energias Renováveis S.A. (“Ventus”), a Companhia passou a ser controlada pela Ibitu Energias Renováveis S.A. (“Ibitu Renováveis”) em 09 de maio de 2025, em decorrência de cisão parcial da Ventus.

Posteriormente, em 30 de junho de 2025, a Ibitu Renováveis foi parcialmente cindida, com a transferência de parte de seus investimentos — incluindo a participação na Companhia — para a Tupi Energias Renováveis S.A. (“Tupi”), que passou a ser sua controladora imediata.

Após a conclusão da reestruturação, a Companhia passou a ser diretamente controlada pela Tupi, que, por sua vez, é controlada pela holding Ibitu Energia S.A. (“Ibitu Energia”), controlada pelo Astra Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Astra”).

#### b) Operação comercial

Em 28 de março de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) emitiu o Despacho nº793 autorizando a entrada em operação comercial das unidades geradoras a partir de 29 de março de 2014.

#### c) Autorização

A Companhia detém, junto à Aneel (Resolução Autorizativa nº 761 de 30 de agosto de 2010), a seguinte autorização e registro para geração de energia:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada	Energia assegurada MW		
			MW	médios	Início	Término
CGE Icará II	Ceará	Icará	37,8	13	31/08/2010	30/08/2045

#### d) Contrato de Energia Reserva (CER)

Em 16 de novembro de 2010, a Companhia celebrou um Contrato de Energia de Reserva (CER) na modalidade por quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrente do Leilão de Energia de Reserva (LER 2009).

Pelo referido contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1ª de julho de 2012.

#### Regras de desvio de geração

- **Limite de tolerância:** o contrato define um limite de desvio acumulado de 134.304 MWh.
- **Penalidade (geração < 90%):** se a energia gerada for inferior a 90% da contratada, aplica-se penalidade de 115% do preço contratual sobre o déficit. O pagamento ocorre em 12 parcelas mensais no ano contratual subsequente.
- **Excedente (geração > 130%):** se a geração exceder 130% da contratada, a Companhia recebe 70% da tarifa sobre o excedente, pago em 24 parcelas mensais a partir do ano seguinte (vide Nota Explicativa nº 7).

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta Capital Circulante Líquido (CCL) positivo de R\$ 10.692 (R\$ 595 em 31 de dezembro de 2024), a variação em relação ao exercício anterior decorre, primordialmente, da prorrogação do cronograma para pagamento de “Contas de ressarcimento de energia a pagar – CCEE”.

No encerramento do exercício de 2025, a Companhia registrou lucro líquido do exercício de R\$ 5.064 (R\$ 6.956 em 31 de dezembro de 2024) e reportou fluxo de caixa operacional líquido positivo de R\$ 27.974 (R\$ 10.107 em 31 de dezembro de 2024).

Com base nesses indicadores, a Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e concluiu que existem recursos e geração de caixa operacional suficientes para liquidar suas obrigações e manter suas atividades em um futuro previsível. Adicionalmente, a Administração não identificou incertezas materiais que pudessem gerar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional. Portanto, as presentes demonstrações financeiras foram elaboradas sob o pressuposto de continuidade operacional.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes; portanto, o único item do resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade instalada de produção de energia, dados contratuais, projeções, seguros e informações ambientais, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 05 de março de 2026.

### 2.2. Declaração de relevância

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia aplicou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1), com o objetivo de evidenciar principalmente as informações relevantes que auxiliem os usuários na tomada de decisões, sem prejuízo ao atendimento dos requerimentos mínimos exigidos. Adicionalmente, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas e são consistentes com aquelas utilizadas na gestão do negócio.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando o real (R\$), que é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera, sendo também sua moeda funcional. Todos os valores apresentados em reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, inclusive com apoio de assessores jurídicos, para determinar os valores adequados para o registro de certas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Tais julgamentos, estimativas e premissas são revisados pelo menos anualmente, e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras referem-se aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 8);
- Vida útil do ativo intangível (Nota Explicativa nº 9);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (Nota Explicativa nº 13);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment) (Nota Explicativa nº 3.7);
- Provisão para cumprimento das obrigações ambientais;
- Provisão para desmantelamento de ativos (Nota Explicativa nº 14); e
- Provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 21).

## 3. Políticas contábeis materiais

### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros.

### 3.2. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra.

#### i) Ativos financeiros

##### a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação depende das características contratuais dos fluxos de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para gerenciá-los. Exceto para contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento (ou quando aplicado o expediente prático), os ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis (quando não classificados ao valor justo por meio do resultado).

Para classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os fluxos de caixa devem ser exclusivamente pagamentos de principal e juros ("teste SPP"). Ativos que não atendem a esse critério são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos contratuais, da venda dos ativos ou de ambos.

Compras e vendas regulares são reconhecidas na data da negociação.

Os ativos financeiros da Companhia incluem, entre outros, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados, contas de ressarcimento de energia a receber e saldos com partes relacionadas.

##### b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas no desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

### c) Classificação e mensuração

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados, para mensuração subsequente, ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

#### Custo amortizado

Os ativos ao custo amortizado são mensurados pelo método da taxa de juros efetiva e estão sujeitos a *impairment*. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou sofre redução ao valor recuperável. Incluem contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e saldos com partes relacionadas.

#### Valor justo por meio do resultado

São apresentados pelo valor justo, com variações líquidas reconhecidas no resultado.

#### d) Desreconhecimento

Ocorre quando expiram os direitos aos fluxos de caixa ou quando a Companhia transfere substancialmente riscos e benefícios ou perde o controle do ativo.

#### e) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente os ativos para identificar evidências de *impairment*. Caso identificadas e o valor contábil exceda o recuperável, constitui-se provisão.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

### ii) Passivos financeiros

#### a) Reconhecimento inicial e mensuração

São inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido ou deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis (exceto para os classificados ao valor justo por meio do resultado).

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, contas de ressarcimento de energia a pagar, saldos com partes relacionadas, dividendos e arrendamentos, entre outros.

#### b) Mensuração subsequente

Classificados em duas categorias principais: ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todos os passivos financeiros estão classificados ao custo amortizado, exceto quando atendem às exceções previstas no CPC 48.

#### Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Calculados considerando deságios/ágios e custos integrantes da taxa de juros efetiva. Os encargos são reconhecidos como despesa financeira.

#### c) Desreconhecimento

Ocorre quando a obrigação é liquidada, cancelada ou expira, ou quando há modificação substancial dos termos.

#### iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e apresentados líquidos quando há direito legal executável e intenção de liquidação líquida ou simultânea.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não possui contratos ou operações com instrumentos derivativos, nem adotou contabilidade de hedge nos exercícios de 2025 e 2024.

### 3.3. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

### 3.4. Estoques de peças para manutenção das usinas

Avaliados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido. Referem-se a materiais para manutenção de equipamentos. O custo inclui aquisição e demais custos necessários para trazer os estoques à condição e localização atuais, atribuídos pelo método do custo médio ponderado. Quando consumidos, são registrados como despesa, não integrando o Ativo Imobilizado.

### 3.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo menos amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, exceto custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, sendo o gasto reconhecido no resultado do exercício em que é incorrido.

A vida útil de ativos intangíveis é classificada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente para redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para verificar se permanece justificável. Caso contrário, a mudança para vida útil definida é aplicada de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido na venda (na data em que o beneficiário obtém o controle do ativo) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros de sua utilização ou venda. Ganhos ou perdas decorrentes do desreconhecimento (diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

#### a) Servidão de passagem

As servidões de passagem referem-se a direitos de passagem das linhas de transmissão em faixas que ligam o parque eólico à subestação, localizadas em propriedades particulares urbanas e rurais, constituídas mediante indenização ao proprietário do imóvel.

A amortização das servidões de passagem ocorre linearmente pelo prazo da autorização de geração de energia.

#### b) Licença ambiental de operação

Após a entrada em operação, a legislação ambiental exige que sejam obtidas as licenças de operação, cujos prazos variam entre 03 e 06 anos. Tendo em vista que as licenças são obtidas antes dos desembolsos necessários para cumprimento de obrigações assumidas na emissão das licenças, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível – licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

### 3.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O custo inclui gastos diretamente atribuíveis para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, bem como custos de financiamento de terceiros relacionados a ativos qualificados, deduzidos das receitas financeiras eventualmente obtidas com recursos não utilizados.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Custos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que gerem benefícios econômicos futuros e possam ser mensurados com confiabilidade. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Reparos e manutenções ordinárias são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada de cada componente, limitada ao prazo da autorização de geração, quando este for menor. Os bens são depreciados a partir da data em que estão instalados e disponíveis para uso (ou, para ativos construídos internamente, a partir da conclusão da construção).

As taxas de depreciação seguem a Resolução Normativa nº 674/2015 da Aneel, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), aprovado pela Resolução Normativa nº 367/2009, limitadas ao período de autorização.

Ganhos e perdas na alienação ou baixa de itens do imobilizado são apurados pela diferença entre os recursos recebidos e o valor contábil, sendo reconhecidos líquidos em outras receitas ou despesas operacionais.

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de depreciação são revisados e ajustados, se necessário, sempre que houver indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

### 3.7. Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

Os ativos não circulantes são revisados anualmente para teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil excede o valor recuperável (o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso).

Ativos não financeiros previamente ajustados por *impairment* são subsequentemente revisados para possível reversão da perda na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indícios de *impairment*.

### 3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos) e o total a pagar é reconhecida no resultado ao longo do período, pelo método da taxa efetiva de juros.

São classificados como passivo circulante, salvo quando a Companhia tiver direito incondicional de diferir a liquidação por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável (que demande período substancial para ficar pronto) são capitalizados como parte do custo do ativo, quando provável a geração de benefícios econômicos futuros e mensuráveis com confiabilidade. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que incorridos.

### 3.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: **(a)** a Companhia possui obrigação presente (legal ou construtiva) decorrente de evento passado; **(b)** é provável a saída de recursos para liquidá-la; e **(c)** o valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões registradas referem-se a desmantelamento de ativos e demandas judiciais. Não incluem perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria, benefícios pós-emprego ou remunerações baseadas em ações.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### a) Provisão para desmantelamento

A provisão para desmantelamento do parque eólico considera a obrigação assumida de remover os ativos ao final do contrato de arrendamento das terras. Inicialmente mensurada ao valor justo, é subsequentemente ajustada ao valor presente por mudanças nos fluxos de caixa estimados ou na taxa de desconto. Os custos correspondentes são capitalizados no imobilizado e depreciados ao longo da vida útil remanescente.

### b) Provisão para demandas judiciais

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas são prováveis e os valores mensuráveis com suficiente segurança. Contingências possíveis são apenas divulgadas; remotas não são provisionadas nem divulgadas. Obrigações legais são registradas como exigíveis independentemente da probabilidade de êxito, inclusive em processos que questionam a constitucionalidade de tributos.

## 3.10. Imposto de renda e contribuição social

### Imposto de renda e contribuição social – Correntes

Ativos e passivos correntes são mensurados pelo valor esperado de recuperação ou pagamento às autoridades tributárias, com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Impostos correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são registrados no patrimônio líquido.

A Administração avalia periodicamente posições fiscais sujeitas a interpretação e constitui provisões quando apropriado.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 25% (IR) e 9% (CSLL).

Conforme legislação, empresas com faturamento anual inferior a R\$ 78.000 no ano-calendário anterior podem optar pelo lucro presumido, com base de cálculo de 8% (IR) e 12% (CSLL) sobre receita bruta (32% para serviços e 100% para receitas financeiras), aplicando-se as alíquotas regulares.

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia optou pelo regime de lucro presumido.

## 3.11. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se ele é ou contém arrendamento (direito de controlar o uso de ativo identificado por período em troca de contraprestação).

### A Companhia como arrendatária

Aplica abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto curto prazo e baixo valor. Reconhece passivos de arrendamento e ativos de direito de uso.

### Ativos de direito de uso

Reconhecidos na data de início, mensurados ao custo (igual ao passivo inicial), deduzido de depreciação acumulada e perdas por *impairment*, ajustado por remensurações do passivo. Incluem custos diretos iniciais e pagamentos antecipados, menos incentivos recebidos. Depreciados linearmente pelo menor período entre prazo do arrendamento e vida útil do ativo. Sujeitos a *impairment* (vide Nota Explicativa nº 3.7).

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### Passivos de arrendamento

Reconhecidos na data de início pelo valor presente dos pagamentos futuros (fixos, variáveis dependentes de índice/taxa, valores esperados em garantias residuais, menos incentivos). Utiliza taxa incremental de empréstimos da Companhia (taxa implícita não determinável). Subsequentemente, acrescido de juros e reduzido por pagamentos. Remensurado por modificações, mudanças de prazo ou índices.

### 3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, de encargos e variações monetárias.

### 3.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

#### 3.14. Apuração do resultado

##### a) Receitas

A receita operacional é mensurada pela contraprestação recebida ou a receber, reconhecida quando (ou à medida que) a Companhia transfere o controle de bens ou serviços ao cliente, refletindo o montante esperado em troca.

Segue o modelo de cinco etapas do CPC 47 (Receita de contrato com cliente): identificação do contrato, obrigações de desempenho, preço da transação, alocação e reconhecimento ao cumprir obrigações.

A receita de venda de energia é reconhecida com base na energia assegurada e tarifas contratuais ou preço de mercado, conforme aplicável.

##### b) Custos de serviços

Os custos de serviços de energia elétrica são reconhecidos pelo regime de competência, líquidos de créditos de impostos quando aplicável, e associados diretamente à receita.

Compreendem basicamente gastos com manutenção e operação de equipamentos de geração e instalações elétricas, mão de obra e serviços terceirizados na operação, depreciação de ativos e encargos de transmissão.

### 3.15. Normas e interpretações novas e revisadas

#### a) Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	Tratamento contábil para ausência de conversibilidade/permutabilidade	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO <sub>2</sub> e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOs, visando consistência nas demonstrações financeiras e conexão com relatórios de sustentabilidade	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais e específicos para divulgações de sustentabilidade e riscos climáticos	Adoção voluntária a partir de 2024; obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026 ou posterior para companhias abertas (conforme cronograma CVM)
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações (equivalente esperado no CPC)	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01/01/2027
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (equivalente à IFRS 18)	Nova estrutura do demonstrativo de resultado, princípios de agregação/desagregação e novas divulgações	01/01/2027

A Administração da Companhia está monitorando essas normas e avaliará eventuais impactos quando da sua vigência.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Conta corrente	15	13
Aplicações financeiras (*)	11.688	10.870
<b>Total</b>	<b>11.703</b>	<b>10.883</b>

(\*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a CDBs de renda fixa, remunerados à taxa média de 100% e 100,45% da variação do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

## 5. Contas a receber de clientes – CCEE

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo de contas a receber de clientes refere-se a valores a vencer, decorrentes da liquidação dos contratos de energia incentivada.

Não há montantes vencidos e o prazo médio de recebimento dos valores relativos à venda de energia é de 20 dias.

	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>		
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	3.851	3.656
<b>Total</b>	<b>3.851</b>	<b>3.656</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foi constituída provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), uma vez que não foram identificadas evidências de perdas esperadas na realização das contas a receber. Essa conclusão considera as características do mercado em que a Companhia atua (liquidação centralizada pela CCEE, com garantias e mecanismos de proteção), o histórico de recebimentos e a expectativa da Administração.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)

	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>		
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	20.673
<b>Ativo não circulante</b>		
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	2.350
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>23.023</b>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía saldos de cauções e depósitos vinculados.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$ 23.023 referia-se a aplicações financeiras de renda fixa vinculadas como garantia ao financiamento contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 16 de abril de 2025, a controladora realizou aporte à Companhia no montante de R\$ 21.250, que, somado ao caixa restrito existente, permitiu a quitação integral da dívida junto ao BNDES no valor de R\$ 29.250. Com essa operação, o financiamento foi liquidado e o caixa restrito foi integralmente liberado.

### 7. Conta de ressarcimento de energia - CCEE

A conta de ressarcimento de energia refere-se aos ajustes apurados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), decorrentes de desvios entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada (energia assegurada ajustada pelo fator de disponibilidade).

Os saldos em 31 de dezembro apresentam a seguinte composição:

	2025	2024
<b>Ativo não circulante</b>		
Saldo ativo das apurações do ciclo atual não encerrado	548	3.869
<b>Total</b>	<b>548</b>	<b>3.869</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Saldo de anos contratuais encerrados	-	(25.231)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(25.231)</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Saldo passivo das apurações do ciclo atual não encerrado	(5.638)	(97)
Saldo passivo de anos contratuais encerrados	(32.856)	-
<b>Total</b>	<b>(38.494)</b>	<b>(97)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>(37.946)</b>	<b>(21.459)</b>

O saldo a receber, registrado no ativo não circulante, representa os ressarcimentos decorrentes de geração de energia superior ao volume contratado, quando situados na faixa de tolerância entre 100% e 130%.

Os saldos a pagar referem-se a valores devidos em razão de desvios negativos de geração em relação ao volume contratado, valorados e liquidados conforme as regras contratuais e regulatórias a seguir:

Desvio de geração	Preço do ressarcimento	Forma de pagamento contratual
Entre 90% e 100%	Preço contratual	12 parcelas mensais após encerramento do ciclo contratual quadrienal
Abaixo de 90%	Preço contratual + 15%	12 parcelas mensais após encerramento do ano contratual

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Nos termos do Despacho ANEEL nº 2.303/2019, os pagamentos das apurações realizadas a partir de outubro de 2019 foram temporariamente suspensos. Posteriormente, os pagamentos referentes às apurações até agosto de 2023 foram retomados e liquidados. Em comunicado divulgado em 15 de dezembro de 2025, a CCEE, em razão da publicação da Lei nº 15.269/2025 (tratada a diante), suspendeu o cronograma de pagamento dos ressarcimentos referentes às apurações a partir de setembro de 2023, período abrangido pela lei. Até a data-base, permanecia pendente, por parte da CCEE, a definição de novo calendário para a liquidação desses valores.

O aumento do saldo líquido passivo decorre das contabilizações regulatórias realizadas pela CCEE no âmbito do LER, resultantes dos desvios de geração em relação à energia assegurada apurados no ciclo corrente e no último ciclo encerrado, bem como da suspensão do cronograma de pagamentos mencionada acima.

O detalhamento dos saldos em 31 de dezembro de 2025 é o seguinte:

Ciclos de apuração	Vencimento contratual			Total
	Saldo aguardando divulgação de cronograma de pagamento	Saldo contratualmente vincendo	Ciclo e apuração não encerrados	
3º quadriênio - Ano 3 - Geração abaixo de 90%	(9.031)	-	-	(9.031)
3º quadriênio - Ano 4 - Saldo total negativo do último ano do quadriênio	(17.147)	-	-	(17.147)
4º quadriênio - Ano 1 - Geração abaixo de 90%	(2.791)	(3.887)	-	(6.678)
4º quadriênio - Ano 1 - Geração entre 90% e 100%	-	-	(4.679)	(4.679)
4º quadriênio - Provisão para ressarcimento com penalidade	-	-	(959)	(959)
4º quadriênio - Ano 2 - Total da geração acima de 100%	-	-	548	548
<b>Saldo</b>	<b>(28.969)</b>	<b>(3.887)</b>	<b>(5.090)</b>	<b>(37.946)</b>

A movimentação do saldo líquido durante os exercícios foi a seguinte:

	2025	2024
<b>Saldo líquido inicial</b>	<b>(21.459)</b>	<b>(26.520)</b>
Apuração de ressarcimentos a serem realizados	(13.144)	(9.979)
Apuração de ressarcimentos com penalidade	(1.732)	117
Atualização financeira ressarcimento (Nota Explicativa nº 19)	(1.611)	(1.138)
Pagamentos	-	16.061
<b>Saldo líquido final</b>	<b>(37.946)</b>	<b>(21.459)</b>

Em novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (originária da MP nº 1.304/2025), que, entre outras medidas de modernização do setor elétrico, possibilita a compensação de cortes de geração involuntários (curtailment) com saldos de ressarcimento no ACR, incluindo mecanismos para tratamento de passivos históricos relacionados a desvios negativos.

Em decorrência da referida lei, o Ministério de Minas e Energia (MME) abriu a Consulta Pública nº 210/2025, com proposta de termo de compromisso para tratamento do passado regulatório histórico, cujo resultado ainda se encontra em fase de deliberação.

A Companhia está avaliando a possibilidade de adesão à repactuação prevista na referida legislação, a qual poderia resultar na redução ou compensação parcial do passivo atualmente reconhecido, no montante estimado de R\$ 5.565, a depender da regulamentação final a ser emitida pela ANEEL e da opção a ser efetivamente exercida. Até 31 de dezembro de 2025, nenhuma opção de repactuação havia sido formalizada, razão pela qual os saldos foram mantidos conforme as regras vigentes anteriormente à publicação da referida lei.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos referidos gastos está sendo executada mensalmente pelo método linear considerando a vida útil efetiva dos bens, com base nas taxas estabelecidas pela ANEEL, limitada ao período da autorização. O quadro adiante demonstra a classificação e a taxa média de depreciação nos termos mencionados:

	Taxa média de depreciação anual %	2025			2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,37%	3.943	(1.554)	2.389	3.943	(1.421)	2.522
Máquinas e equipamentos	4,29%	153.333	(75.154)	78.179	152.576	(68.604)	83.972
Móveis e utensílios	5,41%	37	(5)	32	37	(3)	34
Provisão para desmantelamento	1,14%	264	(209)	55	264	(206)	58
<b>Total em serviço</b>	-	<b>157.577</b>	<b>(76.922)</b>	<b>80.655</b>	<b>156.820</b>	<b>(70.234)</b>	<b>86.586</b>
<b>Em curso</b>							
Máquinas e equipamentos	-	205	-	205	-	-	-
Material em depósito	-	1.765	-	1.765	1.728	-	1.728
Compras em andamento	-	-	-	-	250	-	250
<b>Total em curso</b>	-	<b>1.970</b>	-	<b>1.970</b>	<b>1.978</b>	-	<b>1.978</b>
<b>Total</b>	-	<b>159.547</b>	<b>(76.922)</b>	<b>82.625</b>	<b>158.798</b>	<b>(70.234)</b>	<b>88.564</b>

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imobilizado é como segue:

Em 2025	Em 31/12/2024	Adições	Transferência	Depreciação	Em 31/12/2025
<b>Em serviço</b>					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.522	-	-	(133)	2.389
Máquinas e equipamentos	83.972	-	756	(6.549)	78.179
Móveis e utensílios	34	-	-	(2)	32
Provisão para desmantelamento	58	-	-	(3)	55
<b>Total em serviço</b>	<b>86.586</b>	<b>-</b>	<b>756</b>	<b>(6.687)</b>	<b>80.655</b>
<b>Em curso</b>					
Máquinas e equipamentos	-	711	(506)	-	205
Material em depósito	1.728	37	-	-	1.765
Compras em andamento	250	-	(250)	-	-
<b>Total em curso</b>	<b>1.978</b>	<b>748</b>	<b>(756)</b>	<b>-</b>	<b>1.970</b>
<b>Total</b>	<b>88.564</b>	<b>748</b>	<b>-</b>	<b>(6.687)</b>	<b>82.625</b>
<b>Em 2024</b>					
Em 2024	Em 31/12/2023	Adições	Transferência	Depreciação	Em 31/12/2024
<b>Em serviço</b>					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.654	-	-	(132)	2.522
Máquinas e equipamentos	90.069	-	456	(6.553)	83.972
Móveis e utensílios	13	-	22	(1)	34
Provisão para desmantelamento	61	-	-	(3)	58
<b>Total em serviço</b>	<b>92.797</b>	<b>-</b>	<b>478</b>	<b>(6.689)</b>	<b>86.586</b>
<b>Em curso</b>					
Máquinas e equipamentos	368	1.613	(1.981)	-	-
Material em depósito	-	91	1.637	-	1.728
Compras em andamento	-	384	(134)	-	250
<b>Total em curso</b>	<b>368</b>	<b>2.088</b>	<b>(478)</b>	<b>-</b>	<b>1.978</b>
<b>Total</b>	<b>93.165</b>	<b>2.088</b>	<b>-</b>	<b>(6.689)</b>	<b>88.564</b>

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Intangível

	Taxa média amortização anual %	2025			2024		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Servidão de passagem (a)	2,89%	1.140	(483)	657	1.140	(450)	690
Licença ambiental de operação (b)	26,60%	391	(208)	183	391	(104)	287
Software	-	21	(21)	-	21	(21)	-
<b>Total</b>	-	<b>1.552</b>	<b>(712)</b>	<b>840</b>	<b>1.552</b>	<b>(575)</b>	<b>977</b>

A movimentação do intangível é como segue:

Em 2025	Em 31/12/2024	Amortização	Em 31/12/2025
Servidão de passagem (a)	690	(33)	657
Licença ambiental de operação (b)	287	(104)	183
<b>Total</b>	<b>977</b>	<b>(137)</b>	<b>840</b>

Em 2024	Em 31/12/2023	Constituição de ativo de licença ambiental	Amortização	Em 31/12/2024
Servidão de passagem (a)	780	-	(90)	690
Licença ambiental de operação (b)	-	391	(104)	287
<b>Total</b>	<b>780</b>	<b>391</b>	<b>(194)</b>	<b>977</b>

#### a) Servidão de passagem

Refere-se às indenizações pagas aos proprietários de terra nas quais se faz necessária a utilização de faixa de terra para passagem da linha de transmissão que conecta o parque gerador ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A amortização da servidão de passagem se dá pelo prazo de autorização de geração de energia.

#### b) Licença ambiental de operação

A legislação ambiental exige que licenças de operação sejam obtidas para que seja possível gerar energia elétrica comercialmente. Os custos ambientais associados às licenças ambientais são estimados pelo período de vigência da licença, esses custos são provisionados e registrados como ativo intangível e amortizados pelo prazo de vigência da licença. A licença ambiental da Companhia foi emitida em 1º de outubro de 2021 e é válida até 30 de setembro de 2027.

### 10. Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores representa substancialmente valores a pagar remanescentes por compras de materiais e serviços da operação e manutenção do parque eólico e encargos de uso da rede com vencimento médio de até 03 meses. Não há montantes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

A seguir demonstramos a composição de fornecedores:

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
Fornecedor de serviços de operação e manutenção (a)	643	540
Fornecedores de outros materiais e serviços	1.272	1.174
<b>Total</b>	<b>1.915</b>	<b>1.714</b>
<b>Não circulante</b>		
Fornecedor de serviços de operação e manutenção (a)	892	1.403
<b>Total</b>	<b>892</b>	<b>1.403</b>
<b>Total de fornecedores</b>	<b>2.807</b>	<b>3.117</b>

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

**a)** Montantes relacionados a cobranças controversas do contrato de operação e manutenção, envolvendo investimentos no plano de recuperação e a cobrança de danos acordados por indisponibilidade abaixo de 97%.

Em 2025, a Administração pagou o saldo controverso no valor de R\$ 605 (R\$ 450 em 2024), e atualização financeira no resultado de R\$ 197 (R\$ 109 em 2024) – (Nota Explicativa nº 19).

O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2025 será pago em 28 parcelas mensais e consecutivas, com encerramento em abril de 2028.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui operações de risco sacado.

## 11. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo referia-se ao financiamento de longo prazo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A composição dos saldos era a seguinte:

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	-	-	-	5.430	25.325	<b>30.755</b>
<b>Total</b>	-	-	-	<b>5.430</b>	<b>25.325</b>	<b>30.755</b>

A Companhia firmou, em outubro de 2014, o contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$ 79.474 dividido em 02 subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$ 53.248 e o “B” no valor de R\$ 26.226. Os encargos financeiros eram compostos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de spread predeterminado.

O contrato previa 192 prestações mensais, com vencimento da primeira em 15 de outubro de 2014 e da última em 15 de setembro de 2030. Os recursos foram utilizados para quitação de empréstimo-ponte anteriormente contratado com o próprio BNDES.

Em 16 de abril de 2025, a controladora realizou aporte à Companhia no montante de R\$ 21.250, que, somado ao caixa restrito existente, permitiu a quitação integral da dívida junto ao BNDES no valor total de R\$ 29.250 (principal e encargos). Com essa operação, o financiamento foi liquidado antecipadamente, e todas as garantias associadas foram liberadas.

### **a) Garantias e covenants do BNDES (até a data da quitação)**

Até 16 de abril de 2025, as principais garantias oferecidas ao BNDES eram:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia e de quaisquer ações futuras subscritas até a liquidação integral;
- Penhor de máquinas e equipamentos do parque eólico;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes de contratos de venda de energia;
- Cessão fiduciária dos créditos depositados em contas vinculadas (caixa restrito).

O contrato previa vencimento antecipado em casos como descumprimento de obrigações, alteração de controle sem anuência do BNDES, insuficiência ou execução de garantias por terceiros, falência, não renovação de autorizações regulatórias, entre outros.

Todas as cláusulas restritivas (“covenants”) foram devidamente cumpridas até a quitação do financiamento.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A mutação no exercício ocorreu da seguinte forma:

	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>30.755</b>	<b>35.807</b>
Juros sobre financiamentos (Nota Explicativa nº 19)	684	2.618
Atualização financeira - TJLP (Nota Explicativa nº 19)	170	268
Pagamento de principal	(30.826)	(5.305)
Juros pagos	(783)	(2.633)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>30.755</b>

## 12. Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 são como demonstrados a seguir:

	2025	2024
Ibitu Energias Renováveis S.A.	<b>637</b>	-
Ibitu Energia S.A.	<b>139</b>	-
<b>Total partes relacionadas - Ativo não circulante - Compartilhamento de despesas pago a maior</b>	<b>776</b>	-
Tupi Energias Renováveis S.A.	<b>1.034</b>	-
<b>Total partes relacionadas - Passivo circulante - Redução de capital a pagar</b>	<b>1.034</b>	-

### Movimentação de partes relacionadas no resultado

Ibitu Energias Renováveis S.A.	13	(240)
Ibitu Energia S.A.	(1.975)	(3.361)
<b>Total partes relacionadas - Despesas com contrato de compartilhamento de despesas</b>	<b>(1.962)</b>	<b>(3.601)</b>
Custo com pessoal (Nota Explicativa nº 17)	(1.603)	(3.009)
Despesa serviços de terceiros	(200)	(405)
Despesas impostos e taxas	-	(11)
Despesas com arrendamento	(43)	-
Despesas administrativas	(116)	(176)
<b>Total</b>	<b>(1.962)</b>	<b>(3.601)</b>

### a) Redução de capital social pagar (passivo)

	2025	2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Redução de capital social do ano atual	33.700	-
Compensação de redução de capital social do ano atual com ativo de partes relacionadas	(200)	-
Pagamento de redução de capital social do ano atual	(32.466)	-
<b>Saldo final</b>	<b>1.034</b>	<b>-</b>

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade. Essas transações são liquidadas sob demanda.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

### Remuneração do pessoal chave da Administração

Até junho de 2025, a remuneração dos diretores da Companhia foi paga pela controladora indireta Ibitu Energia S.A. A partir de julho de 2025, tais remunerações passaram a ser pagas pela parte relacionada Ibitu Energias Renováveis S.A.

Em ambos os períodos, as despesas foram compartilhadas com a Companhia e com outras empresas do Grupo Ibitu por meio de reembolso, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Despesas.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras para instalação e operação do parque de geração de energia eólica, com prazo alinhado à autorização de geração. Os pagamentos de arrendamento correspondem a 1,5% do faturamento proveniente da venda de energia elétrica ao longo de todo o período da autorização.

Embora os pagamentos sejam calculados com base no faturamento, a Companhia os classifica como fixos em essência, uma vez que tanto o preço de venda da energia quanto a quantidade contratada (MWh) estão preestabelecidos nos contratos de longo prazo, sem variações significativas esperadas. Assim, os componentes variáveis do faturamento não foram incluídos na mensuração inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento.

#### Ativo de direito de uso

Os saldos e a movimentação do ativo de direito de uso estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>6.733</b>	-
Constituição	-	7.054
Ajuste de remensuração	(773)	-
Depreciação - 4,55% a.a.	(321)	(321)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>5.639</b>	<b>6.733</b>

O ativo de direito de uso é depreciado linearmente pelo menor prazo entre o período do arrendamento e a vida útil estimada do ativo subjacente.

#### Arrendamentos

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa real WACC de 10,67%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>6.773</b>	-
Constituição	-	7.054
Ajuste de remensuração	(773)	-
Ajuste a valor presente (Nota Explicativa nº 19)	711	753
Pagamentos	(671)	(1.034)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>6.040</b>	<b>6.773</b>
<b>Saldo do passivo circulante</b>	<b>449</b>	<b>233</b>
<b>Saldo do passivo não circulante</b>	<b>5.591</b>	<b>6.540</b>

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de arrendamento possui o seguinte cronograma de vencimento:

Saldo devedor total em	Menos de um ano até	Entre um e dois anos	Após 2030
31/12/2025	31/12/2026	01/01/2027 até 12/2030	
<b>6.040</b>	449	1.765	3.826

### 14. Provisão para desmantelamento

A Companhia reconhece provisão para os custos de desmantelamento e remoção do parque eólico ao final do prazo de autorização de geração, em atendimento às obrigações contratuais, regulatórias e ambientais.

A provisão é calculada com base em estimativa elaborada pela equipe interna de engenharia, que considera os custos necessários para desmontagem e restauração das áreas. No reconhecimento inicial, o valor da provisão é adicionado ao custo do ativo imobilizado correspondente. Subsequentemente, os efeitos de atualização monetária e de ajuste a valor presente são reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas de custos são projetadas até o término do prazo de autorização, atualizadas pelo IPCA e descontadas a valor presente utilizando taxa real de desconto de 12,81% a.a. Essas premissas e estimativas são reavaliadas periodicamente pela Administração, com eventuais ajustes reconhecidos prospectivamente.

Os custos capitalizados no ativo imobilizado são depreciados linearmente ao longo do prazo remanescente de autorização.

	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	589	465
Atualização financeira (Nota Explicativa nº 19)	288	305
Ajuste a valor presente (Nota Explicativa nº 19)	(266)	(181)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>611</b>	<b>589</b>

## 15. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, no montante de R\$ 59.523, encontrava-se integralizado exclusivamente pela então controladora Ventus Energias Renováveis S.A.

Durante o exercício de 2025, ocorreram as seguintes movimentações, em decorrência da reestruturação societária (Nota Explicativa nº 1 (a)):

- Em 16 de abril de 2025, aporte realizado pela controladora Ventus, no valor de R\$ 21.250, elevando o capital social para R\$ 80.773;
- Em maio de 2025, redução de capital no montante de R\$ 33.500, efetivada pela Ibitu Renováveis, resultando em capital social de R\$ 47.273;
- Em setembro de 2025, nova redução de capital no montante de R\$ 200, efetivada pela Tupi Energias Renováveis S.A., resultando no capital social final de R\$ 47.073.

A partir de 30 de junho de 2025, o capital social, representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passou a ser integralizado exclusivamente pela Tupi Energias Renováveis S.A., atual controladora da Companhia.

Em 31/12/2025	Ações ordinárias	Percentual do capital social	Valor
Tupi Energias Renováveis S.A.	47.073.185	100%	47.073
<b>Total</b>	<b>47.073.185</b>	<b>100%</b>	<b>47.073</b>

Em 31/12/2024	Ações ordinárias	Percentual do capital social	Valor
Ventus Energias Renováveis S.A.	59.523.367	100%	59.523
<b>Total</b>	<b>59.523.367</b>	<b>100%</b>	<b>59.523</b>

### b) Destinação do resultado

Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, desde que não haja prejuízos acumulados que absorvam os lucros, serão deduzidos: **(i)** 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; **(ii)** importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela Diretoria.

	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>5.064</b>	<b>6.956</b>
Reserva legal - 5%	253	348
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	1.203	1.652
Constituição de reserva de lucro a ser destinada em assembleia	3.608	4.956

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### c) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de retenção de lucros é formada pelos resultados após a destinação de dividendos obrigatórios, sendo apresentada anualmente pela Administração em assembleia de acionistas para destinação.

	2025	2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>9.416</b>	<b>7.932</b>
Dividendos adicionais propostos (*)	(4.955)	(3.820)
Reserva legal - 5%	253	348
Constituição de reserva de lucro a ser destinada em assembleia	3.608	4.956
<b>Saldo final - Reservas de lucros</b>	<b>8.322</b>	<b>9.416</b>

(\*) Em Assembleias Gerais Ordinárias do acionista realizadas em 30 de abril de 2025 e 30 de abril de 2024, foram aprovados os pagamentos de distribuições de dividendos adicionais à conta de reserva de lucros da Companhia nos montantes de R\$ 4.955 e R\$ 3.820, respectivamente.

### d) Dividendos a pagar (passivo)

	2025	2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.652</b>	-
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do ano anterior	(1.652)	-
Dividendos adicionais propostos (Nota Explicativa nº 15 (c))	4.955	3.820
Pagamento de dividendos adicionais propostos	(4.955)	(3.820)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (Nota Explicativa nº 15 (b))	1.203	1.652
<b>Saldo final</b>	<b>1.203</b>	<b>1.652</b>

## 16. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia decorre exclusivamente da venda de energia elétrica gerada pelo parque eólico, comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) por meio de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) na modalidade reserva, com liquidação financeira realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O contrato garante receita fixa mensal independentemente da quantidade efetivamente gerada, mas prevê mecanismo de ressarcimento para ajustar desvios entre a energia contratada (energia assegurada ajustada) e a energia gerada (Nota Explicativa nº 7).

A composição da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro foi a seguinte:

	2025	2024
<b>Suprimento de energia - CCEE (Contratos de energia reserva)</b>		
Suprimento de energia elétrica - CCEE receita fixa	45.044	44.141
Suprimento de energia elétrica - CCEE ajuste de ressarcimento	(14.876)	(9.862)
<b>Total receita bruta (Nota Explicativa nº 20)</b>	<b>30.168</b>	<b>34.279</b>
<b>(-) Deduções da receita bruta</b>		
PIS	(196)	(223)
Cofins	(905)	(1.028)
Taxa de fiscalização	(162)	(155)
<b>Total das deduções</b>	<b>(1.263)</b>	<b>(1.406)</b>
<b>Total</b>	<b>28.905</b>	<b>32.873</b>

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### Impacto de constrained-off (cortes involuntários de geração)

Durante o período, a receita operacional líquida da Companhia foi impactada pelo mecanismo regulatório denominado “constrained-off”. Esse fenômeno ocorre quando a operação de determinadas unidades geradoras é limitada ou interrompida por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em razão de restrições operativas no sistema elétrico, como limitações na capacidade de transmissão, priorização de outras fontes de geração ou condições hidrológicas/técnicas específicas.

O “constrained-off” resulta na diminuição da geração de energia pelas unidades afetadas, impactando diretamente a receita da Companhia. No período, a Companhia foi impactada pela redução na geração, conforme a seguir:

2025		2024	
MWh (*) (**)	R\$ mil	MWh (*) (**)	R\$ mil
34.522	11.650	13.368	<b>4.343</b>

(\*) Informação não-financeira não auditada

### Lei no 15.269/2025 – Possibilidade de compensação de curtailment

Em novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (originária da MP nº 1.304/2025), que introduz medidas de modernização do setor elétrico, incluindo a possibilidade de compensação de cortes involuntários de geração (curtailment/constrained-off). Em 31 de dezembro de 2025, o MME abriu a Consulta Pública no 210/2025 com proposta de termo de compromisso para compensação do constrained-off por razão elétrica e por confiabilidade referente ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025. O tema ainda se encontra pendente de deliberação. A Companhia está avaliando a adesão à repactuação prevista na lei, o que poderá resultar na compensação parcial ou total de obrigações de ressarcimento reconhecidas, dependendo da regulamentação complementar pela ANEEL e da opção efetivada estimado em R\$ 5.565 (\*\*). Até 31 de dezembro de 2025, não foi exercida qualquer opção de repactuação, e os saldos foram mantidos conforme as regras vigentes anteriores à lei.

(\*\*) Melhores estimativas, sujeitas a alterações com o cálculo final realizado pelo ONS.

## 17. Custos de operação

	2025	2024
Custo com pessoal (Nota Explicativa nº 12)	(1.609)	(3.016)
Serviços de terceiros e materiais com operação e manutenção	(6.799)	(5.609)
Seguros	(195)	(199)
Impostos e taxas	(49)	(38)
Ajuste de inventário	(83)	(145)
Outros custos	(184)	(20)
<b>Total</b>	<b>(8.919)</b>	<b>(9.027)</b>

(\*) Do saldo total de R\$ 1.609 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.016 em 31 de dezembro de 2024), o montante de R\$ 1.603 (R\$ 3.009 em 31 de dezembro de 2024) trata-se de compartilhamento de despesas com pessoal cobradas pelas Holdings Ibitu Energia S.A., até junho de 2025, e Ibitu Energias Renováveis S.A., a partir de julho de 2025, que centralizam o gerenciamento da folha de pagamento do Grupo (Nota Explicativa nº 12) e R\$ 6 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a gastos com treinamentos.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Encargos de uso da rede elétrica

Os encargos de uso da rede elétrica referem-se ao Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), pago mensalmente às concessionárias de transmissão.

Os valores reconhecidos como despesa operacional nos exercícios foram os seguintes:

Exercício	Valor
2025	(4.769)
2024	(4.631)

O valor do EUST é calculado com base no Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) contratado, multiplicado pela Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), a qual é atualizada anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Adicionalmente, nos termos da Lei nº 9.427/1996, a Companhia beneficia-se de redução de 50% na TUST, em razão da potência injetada no sistema de transmissão ser inferior a 30 MW (\*).

(\*). Informação não financeira não auditada.

### 19. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicação financeira de equivalentes de caixa e cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	3.139	3.181
Ajuste a valor presente sobre provisão para desmantelamento (Nota Explicativa nº 14)	266	181
Ajuste a valor presente sobre ICMS diferido	32	-
Outras receitas financeiras	-	18
<b>Total</b>	<b>3.437</b>	<b>3.380</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 11)	(684)	(2.618)
Comissões e fianças bancárias	(44)	(85)
IOF, taxas e tarifas bancárias	(9)	(36)
Ajuste a valor presente sobre passivo de arrendamentos (Nota Explicativa nº 13)	(711)	(753)
Ajuste a valor presente sobre passivo de licença ambiental de operação	(25)	(36)
Atualização financeira sobre passivo de licença ambiental de operação	(9)	-
Atualização financeira sobre contas de ressarcimento de energia a pagar (Nota Explicativa nº 7)	(1.611)	(1.138)
Atualização financeira sobre ICMS diferido	(28)	-
Atualização financeira sobre fornecedores (Nota Explicativa nº 10)	(197)	(109)
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento (Nota Explicativa nº 14)	(288)	(305)
Atualização financeira sobre financiamentos - TJLP (Nota Explicativa nº 11)	(170)	(268)
Outras despesas financeiras	(3)	-
<b>Total</b>	<b>(3.779)</b>	<b>(5.348)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(342)</b>	<b>(1.968)</b>

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Imposto de renda e contribuição social correntes

	%	2025	2024
Receita bruta (Nota Explicativa nº 16)	-	30.168	34.279
<b>Total receita bruta</b>		<b>30.168</b>	<b>34.279</b>
<b>IRPJ</b>			
Alíquota da base	8%	-	-
Base de cálculo do IRPJ	-	2.413	2.742
Alíquota nominal	15%	(362)	(411)
Alíquota adicional	10%	(217)	(250)
<b>Total IR sobre receita bruta</b>		<b>(579)</b>	<b>(661)</b>
Base receita financeira (regime de caixa)	-	3.999	2.973
Outras receitas	-	-	-
Alíquota nominal	15%	(600)	(446)
Alíquota adicional	10%	(400)	(297)
<b>Total IR sobre receita financeira</b>		<b>(1.000)</b>	<b>(743)</b>
<b>Total final IR a pagar</b>		<b>(1.579)</b>	<b>(1.404)</b>
<b>Total receita bruta</b>		<b>30.168</b>	<b>34.279</b>
<b>CSLL</b>			
Alíquota da base	12%	-	-
Base de cálculo da CSLL	-	3.620	4.113
Alíquota	9%	(326)	(370)
<b>Total CSLL sobre receita bruta</b>		<b>(326)</b>	<b>(370)</b>
Base receita financeira (regime de caixa)	-	3.999	2.973
Outras receitas	-	-	-
Alíquota	9%	(360)	(268)
<b>Total CSLL sobre receita financeira</b>		<b>(360)</b>	<b>(268)</b>
<b>Total final CSLL a pagar</b>		<b>(686)</b>	<b>(638)</b>
<b>Total final IR/CSLL a pagar</b>		<b>(2.265)</b>	<b>(2.042)</b>

### 21. Provisão para demandas judiciais

A Companhia avalia periodicamente suas demandas judiciais e administrativas, com apoio de assessores jurídicos externos, classificando-as conforme a probabilidade de perda (provável, possível ou remota), em conformidade com o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Provisões são constituídas apenas quando a perda é avaliada como provável, há obrigação presente decorrente de evento passado e o valor pode ser estimado com razoável confiabilidade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram constituídas provisões para demandas judiciais ou administrativas, uma vez que não foram identificadas contingências com probabilidade de perda classificada como provável.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia era parte em processos judiciais e administrativos nos quais a Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, avalia a probabilidade de perda como possível. Nesses casos, não foram constituídas provisões.

A seguir as ações judiciais com prognóstico de perda possível em 31 de dezembro:

Resumo processo	Tipo de processo		2025		2024	
	Esfera		Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor (R\$)
Desoneração de associados da ABRACEEL dos efeitos de decisões judiciais relacionadas ao GSF	Regulatório	Judicial	1	Não atribuído (*)	1	R\$ 373
Ações conjuntas com outros geradores de energia contra cobrança de ônus setoriais	Regulatório	Judicial	3	Não atribuído (*)	3	Não atribuído (*)
Impugnação contra cobrança de ISSQN sobre serviço tomado	Tributário	Administrativa	1	R\$ 10.217	1	R\$ 10.083
Reclamação trabalhista em que é pleiteado o pagamento de adicional de periculosidade	Trabalhista	Judicial	1	R\$ 368	-	-
Impugnação à cobrança de multa por atraso do imposto ISSQN	Tributário	Administrativa	1	R\$ 11	-	-

(\*) Processos sem valor econômico envolvido.

## 22. Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos adiante poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A Companhia, a partir da estrutura corporativa do Grupo Ibitu Energia (Controladora indireta), detém estrutura e política de gerenciamento de riscos, envolvendo Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Riscos e Compliance.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

### a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)

#### i) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de inadimplência por contrapartes, impactando as receitas da Companhia. Esse risco é gerenciado pela controladora.

Para 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o risco de crédito da Companhia relaciona-se à capacidade de as instituições financeiras honrarem com seus compromissos. Nesse sentido, os recursos são aplicados em instituições de primeira linha.

A geração de energia da usina será entregue a agente de comercialização por meio de contrato de energia incentivada. O risco está associado a eventuais inadimplências no pagamento do contrato. Entretanto, a Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência.

#### ii) Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da variabilidade natural dos ventos, que pode reduzir a geração de energia abaixo do volume contratado, impactando receitas e eventualmente gerando obrigações de ressarcimento no ACR. A Companhia mitiga esse risco por meio de contratos de longo prazo com energia assegurada ajustada e monitoramento contínuo da performance eólica.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### iii) Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é analisado no nível de sua controladora para posterior investimento em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e/ou liquidez suficiente.

A seguir são demonstrados os fluxos de caixa contratados e não descontados.

	Saldo devedor total em 31/12/2025	Menos de um ano - Até 31/12/2026	Entre 01/01/2027 e 31/12/2030	Após 2030
Fornecedores	2.807	1.915	892	-
<b>Total</b>	<b>2.807</b>	<b>1.915</b>	<b>892</b>	<b>-</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui operações de risco sacado.

### iv) Risco de taxa de juros

Até 16 de abril de 2025, a Companhia estava exposta ao risco de variação da TJLP no financiamento junto ao BNDES (quitado antecipadamente nessa data – vide Nota Explicativa nº 11). Após a quitação, não há exposição relevante a risco de taxa de juros em instrumentos financeiros.

### v) Estimativa do valor justo

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em transação não forçada entre participantes de mercado na data de mensuração.

Os saldos contábeis de contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e arrendamentos aproximam-se substancialmente dos valores justos, em razão de seus prazos curtos ou indexação a taxas de mercado. Não é necessária divulgação adicional de estimativas de valor justo.

### vi) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir são apresentados e classificados os principais instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	2025	2024	Nível	Classificação por categoria
<b>Ativos financeiros, conforme balanço</b>				
<b>Circulante</b>				
Conta corrente (caixa e equivalentes de caixa)	15	13	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	11.688	10.870	1	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes - CCEE	3.851	3.656	-	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	20.673	2	Valor justo por meio do resultado
Adiantamentos a fornecedores	463	469	-	Custo amortizado
Despesas pagas antecipadamente	52	52	-	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>16.069</b>	<b>35.733</b>		
<b>Não circulante</b>				
Contas de ressarcimento de energia a receber - CCEE	548	3.869	-	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	2.350	2	Valor justo por meio do resultado
Partes relacionadas	776	-	-	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>1.324</b>	<b>6.219</b>	-	
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>17.393</b>	<b>41.952</b>	-	
<b>Passivos financeiros, conforme balanço</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	1.915	1.714	-	Custo amortizado

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024	Nível	Classificação por categoria
Empréstimos e financiamentos	-	5.430	-	Custo amortizado
Dividendos a pagar	1.203	1.652	-	Custo amortizado
Contas de ressarcimento de energia a pagar - CCEE	-	25.231	-	Custo amortizado
Arrendamentos	449	233	-	Custo amortizado
Licenças ambientais de instalação e operação	127	119	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	1.034	-	-	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>4.728</b>	<b>34.379</b>		

### Não circulante

Fornecedores	892	1.403	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	-	25.325	-	Custo amortizado
Contas de ressarcimento de energia a pagar - CCEE	38.494	97	-	Custo amortizado
Arrendamentos	5.591	6.540	-	Custo amortizado
Licenças ambientais de instalação e operação	112	195	-	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>45.089</b>	<b>33.560</b>		
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>49.817</b>	<b>67.939</b>		

Todos os instrumentos são classificados ao custo amortizado, exceto aplicações financeiras e cauções vinculadas (valor justo por meio do resultado). A hierarquia de valor justo segue o CPC 46: Nível 1 (cotações em mercados ativos) e Nível 2 (entradas observáveis).

### vii) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2025	2024
Conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo (caixa e equivalentes de caixa)	11.703	10.883
<b>Total</b>	<b>11.703</b>	<b>10.883</b>

### viii) Financiamentos

Até a quitação antecipada em 16 de abril de 2025, os financiamentos estavam sujeitos a taxas usuais de mercado (TJLP + spread). Após a liquidação, não há exposição a financiamentos de terceiros.

### ix) Garantias concedidas

No âmbito da 1ª Emissão de Debêntures da Tupi Energias Renováveis S.A. ("Emissora"), a Companhia concedeu as seguintes garantias reais de primeiro grau em favor da comunhão dos debenturistas, representados pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário, consistentes em:

- Alienação fiduciária de seus equipamentos nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos Sob Condição Suspensiva e outras avenças celebrado em 18 março de 2025 e registrado sob nº 1.453.090;
- Cessão fiduciária de seus direitos creditórios decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica e demais recebíveis da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado em 18 de março de 2025 e registrado sob o nº 1.453.093;
- Anuência à alienação fiduciária da totalidade de suas ações detidas pela Tupi Energias Renováveis S.A., nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado em 18 de março de 2025 e registrado sob o nº 1.453.092;

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

As garantias foram constituídas sob condição suspensiva e destinam-se a assegurar o pagamento integral das obrigações da emissão. Os bens e direitos gravados permanecem na posse direta da Companhia para uso operacional normal, não havendo, até a presente data, eventos de vencimento antecipado que impliquem execução.

### b) Riscos regulatórios

A atividade da Companhia está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL. Alterações no arcabouço regulatório, nos procedimentos operativos ou nas diretrizes de planejamento e operação do sistema elétrico podem impactar de forma relevante o desempenho operacional e financeiro da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia identifica o *constrained-off* como um dos principais riscos regulatórios, operacionais e financeiros atualmente observados no setor. O *constrained-off* decorre de determinações do ONS, que restringe a geração das usinas em função de limitações estruturais do sistema, tais como insuficiência de capacidade de escoamento da transmissão, condições operativas específicas, critérios de confiabilidade e segurança do sistema.

A recorrência do *constrained-off* tem gerado discussões no âmbito regulatório e institucional, com reflexos diretos sobre a previsibilidade de receitas dos empreendimentos de geração e sobre a percepção de risco do mercado, influenciando decisões de investimento, financiamento e estruturação contratual. Movimentos em curso se encontram em fase de deliberação, sem garantia de solução definitiva ou uniforme para todos os agentes.

O risco associado ao *constrained-off* é monitorado continuamente pela Companhia por meio da análise das condições de operação do sistema elétrico, acompanhamento dos relatórios e comunicados do ONS, avaliação das projeções de despacho e do planejamento da expansão da transmissão, bem como do acompanhamento da evolução regulatória junto à ANEEL e demais órgãos setoriais.

## 23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de *benchmarking* para o desenho das apólices.

A Controladora indireta da Companhia, a Ibitu Energia S.A., detém ainda uma apólice de seguro de responsabilidade civil para cobertura de responsabilidades da Administração (diretores e executivos), da modalidade de seguro *Directors and Officers* (D&O) que abrange todas as Companhias do Grupo Ibitu Energia.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Itens/bens segurados	Riscos cobertos	Montante de cobertura (R\$)	Vigência
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - Danos materiais, quebra de máquinas/danos elétricos e outros	100.000	Até 07/04/2026
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil geral - Operações amplas	10.000	Até 07/04/2026
D&O	R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	120.000	Até 10/05/2026

As premissas de risco adotadas para a contratação de seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

# Central Geradora Eólica Icaraí II S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

	31/12/2024	Fluxo de caixa	Alterações não caixa		31/12/2025
			Apropriações	Encargos	
Empréstimos e financiamentos	30.755	(31.609)	170	684	-
Dividendos a pagar	1.652	(6.607)	6.158	-	1.203
<b>Total</b>	<b>32.407</b>	<b>(38.216)</b>	<b>6.328</b>	<b>684</b>	<b>1.203</b>

	31/12/2023	Fluxo de caixa	Alterações não caixa		31/12/2024
			Apropriações	Encargos	
Empréstimos e financiamentos	<b>35.807</b>	(7.938)	-	2.886	<b>30.755</b>
Dividendos a pagar	-	(3.820)	5.472	-	<b>1.652</b>
<b>Total</b>	<b>35.807</b>	<b>(11.758)</b>	<b>5.472</b>	<b>2.886</b>	<b>32.407</b>

### 25. Eventos subsequentes

Em 9 de fevereiro de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 4.380.000,00 (quatro milhões, trezentos e oitenta mil reais), por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social. A redução será realizada mediante o cancelamento de 4.380.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo valor de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Nos termos do § 1o do art. 174 da Lei no 6.404 (Lei das Sociedades por Ações), a redução do capital social somente se tornará eficaz após o decurso do prazo legal de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da ata da assembleia que a aprovou, desde que não haja oposição de credores quirografários e cumpridas as demais formalidades legais. Uma vez efetivada a redução, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$ 47.073.185,33 (quarenta e sete milhões, setenta e três mil, cento e oitenta e cinco reais e trinta e três centavos) para R\$ 42.693.185,33 (quarenta e dois milhões, seiscentos e noventa e três mil, cento e oitenta e cinco reais e trinta e três centavos).

O montante total da redução será restituído à acionista da Companhia em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária.

\* \* \*